



PROJETOS DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA BÁSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PRÁTICA CURRICULAR EM EDUCAÇÃO FÍSICA IV E DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

INTERVENTION PROJECTS IN PRIMARY SCHOOL: AN EXPERIENCE REPORT ON CURRICULAR PRACTICE IN PHYSICAL EDUCATION AND EXTENSION CURRICULARIZATION

Carla Borges de Andrade. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana (DSAU/PROGRAD)

cbandrade@uefs.br

RESUMO

Com a intenção de contribuir para o processo de implantação da curricularização da extensão nos cursos de graduação das universidades públicas, este texto objetiva relatar a experiência vivenciada junto à escolas básicas a partir do componente Prática Curricular IV, do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana, desde o aporte legal que regulamenta sua implementação até a efetiva execução na disciplina.

Palavras-chave: curricularização da extensão; educação física; componente EXT.

ABSTRACT

Aiming to contribute to the implementation process of the extension curricularization in the undergraduate courses at public universities, this text has as a goal to report the experiences lived along primary schools from the Curricular Practice IV component of the Physical Education Undergraduation Course at the Feira de Santana State University (UEFS), from the legal contribution that regulates its implementation to the effective execution in the discipline.

Keywords: extension curricularization; physical education; component EXT.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo relatar a experiência vivenciada no componente curricular SAU-194 Prática Curricular em Educação Física, do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), por meio do qual são planejados e executados projetos de intervenção para a escola básica por nossos discentes, como exemplo de como a curricularização da extensão tem se efetivado em nossa universidade.

Como docente deste componente desde o ano de 2009, quando do ingresso na UEFS, muito antes de se falar em curricularização da extensão e de contexto pandêmico, a disciplina fora organizada envolvendo atividades remotas de orientação e ensino personalizado, de modo bem diferente da maneira usual, em que professores e estudantes ocupam posições opostas no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com a proposta implementada, todas as decisões são tomadas coletivamente, mediante diálogo consistente e, a cada semestre letivo, as aulas se apresentam diferentes, a fim de atenderem as necessidades vigentes dos licenciandos e das unidades escolares com as quais interagem.

A fim de contextualizar a inserção desse componente na matriz curricular do curso de Educação Física da UEFS, é preciso considerar que os quatro componentes de Práticas Curriculares atendem à exigência da Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno (CNE/CP), de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

Revista inCORPORArÇÃO, V.1, nº 01, 2023, Feira de Santana, p. 123-133.

<http://periodicos.uefs.br/index.php/incorporacao/index>

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais (BRASIL, 2002, p. 01, grifo nosso).

A princípio, cada componente de Prática Curricular possuía carga horária de 100 horas, totalizando as 400 horas exigidas, e eram denominadas Prática Curricular I, II, III e IV. Com a reformulação curricular ocorrida em 2018, passaram a ser denominadas de Prática Curricular em Educação Física I, II, III e IV, e a carga horária passou a contemplar 105 horas cada, totalizando 420 horas. Cada componente trata de um eixo formativo da docência em Educação Física para atuação na escola básica, a saber: Prática I apresenta e discute os vários campos de atuação do professor de Educação Física; Prática II, o objeto de estudo da Educação Física, qual seja, a cultura corporal; a Prática III discute os saberes docentes; e a Prática IV propõe a elaboração e a aplicação de projetos de intervenção de caráter extensionista nas escolas básicas, que reúnam os conhecimentos construídos nos três componentes anteriores. É justamente sobre a Prática IV que este texto discorre.

2 METODOLOGIA

Este relato de experiência baseia-se nos moldes das pesquisas bibliográfica e documental, bem como da pesquisa (auto)biográfica para descrever as vivências oportunizadas pelo componente curricular supramencionado.

No que se refere às pesquisas bibliográfica e documental, Gil (2008) aponta que são muito parecidas, sendo a principal diferença a natureza das fontes. Enquanto a primeira se pauta na apreciação e análise de livros e artigos científicos, aqui utilizados para fundamentar conceitos, a última se detém sobre documentos. O autor explica que existem documentos de primeira mão, que seriam aqueles que ainda não receberam nenhum tipo de tratamento analítico, como é o caso do Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física, do plano de ensino do componente Prática Curricular IV, objeto deste relato, e da resolução institucional consultada; e os documentos de segunda mão, que seriam aqueles que de algum modo já foram analisados, como os documentos oficiais que foram aqui utilizados, a exemplo das resoluções federais e legislação educacional.

Já no que concerne à pesquisa (auto)biográfica, este método aponta que “é necessário indagar sobre o vivido porque é a indagação sobre suas experiências significativas que lhes permite não apenas constituir-se como autores, mas também aprender consigo mesmo e com os outros. Dessa aprendizagem decorre o conhecimento que se encarna na práxis” (MORAES, 2008, p. 193). Uma práxis que é paradoxal:

Tal práxis associa envolvimento e distanciamento do pesquisador, sujeito de sua própria pesquisa, construção de uma subjetividade autêntica por objetivação de preconceções ou pensamentos preconcebidos e a experiência de nosso dispositivo de pesquisa como modalidade na construção de conhecimentos (JOSSO, 2008, p. 30).

Assim sendo, como o relato de experiência é um texto proveniente de um estudo em que o autor também é sujeito da própria pesquisa, optamos pela adoção desta proposta metodológica.

3 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UEFS

Antes mesmo de relatar a experiência vivenciada em Prática IV relacionada aos projetos de intervenção para a escola básica, faz-se necessário compreender a curricularização da extensão, sua concepção e aparato legal no âmbito da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Na UEFS, a curricularização da extensão, em consonância com o que dispõem o Plano Nacional de Educação (PNE) - 2014/2024 (BRASIL, 2014), a Lei nº 13005/2014 (ABMES, 2014) e a Resolução CNE/CES nº 07/2018, está regulamentada pela Resolução CONSEPE nº 129/2019 (UEFS, 2019) e explicada através de uma Instrução Normativa (UEFS, 2022a) elaborada pelas Pró-Reitorias de Ensino de Graduação e de Extensão.

A curricularização da extensão na UEFS assenta-se sob os pilares do protagonismo estudantil, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, do compartilhamento de saberes, da interação entre os discentes e docentes com as comunidades interna e externa, visando à qualificação da formação e a transformação

social, e supera a visão reducionista de que a extensão é tão-somente prestação de serviço. Assim, a

Curricularização da Extensão: consiste na inclusão de atividades de extensão no currículo dos Cursos de Graduação, indissociáveis do ensino e da pesquisa, devendo envolver componentes curriculares, disciplinas, programas e projetos, com a intenção de promover impactos na formação do discente e na transformação social (UEFS, 2022a, p. 1).

A fim de atender à prerrogativa legal da destinação de 10% da carga horária total dos cursos de graduação para fins da curricularização da extensão, na UEFS foi adotada a estratégia de utilização de Componentes EXT e de Unidades Curriculares de Extensão (UCE), conforme designado na Resolução CONSEPE citada (UEFS, 2019).

Em relação aos componentes EXT, são aquelas disciplinas que preveem em sua ementa o caráter extensionista, podendo destinar sua carga horária total ou parcial para a contabilização da curricularização da extensão. Este código EXT aparecerá na natureza pedagógica dos componentes, onde se costumam colocar os códigos T (teórica), P (prática), TP (teórico-prática) e E (estágio). É o caso, portanto, da experiência que aqui está sendo relatada, do componente Prática Curricular em Educação Física IV que, de 100hTP, passa a ter 105hEXT, ou seja, existe a compreensão de que a totalidade da sua carga horária é utilizada em torno das ações extensionistas que nela se desenvolvem.

Já as UCE se referem aos programas e projetos de extensão institucionalizados, bem como a novas ações propostas por estudantes e professores orientadores, por meio das quais serão planejadas e desenvolvidas atividades de caráter extensionista, semestralmente.

4 PRÁTICA CURRICULAR EM EDUCAÇÃO FÍSICA IV COMO COMPONENTE EXT

Sabendo do dispositivo legal que regulamenta a inserção do componente Prática Curricular em Educação Física IV na matriz curricular do Curso de Licenciatura

em Educação Física e da sua importância para a formação docente, é mister considerar como de forma efetiva este componente é pensado no Curso e como acontece na prática do semestre letivo. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Física (UEFS, 2018, p. 69, grifo nosso),

A Prática como Componente Curricular trata do conhecimento e análise de situações pedagógicas, por meio de estratégias, tais como: situações simuladas, estudos de caso, produção de material didático, entre outras. A Prática Curricular é, portanto, espaço-tempo para a experimentação do fazer pedagógico e para que os licenciandos construam os saberes pedagógicos dos conteúdos da educação física na educação básica. (...) A Prática Curricular deve, portanto, vir a atender aos seguintes pressupostos de natureza formativa:

I. a formação profissional para a docência na educação básica e a constituição da identidade do professor;

II. a construção dos saberes pedagógicos dos conteúdos da educação física na educação básica, por meio da articulação entre os conteúdos do ciclo formativo;

III. a inclusão da curricularização da extensão, por meio das experiências de ensino e em ações de extensão universitária;

IV. a aproximação com as características da atuação da educação física nas etapas e modalidades da educação básica, e na gestão de processos educativos e organização e gestão de instituições de ensino, e em espaços educativos não-escolares.

V. a reflexão sobre o objeto de ensino da educação física na educação básica

VI. a reflexão sobre os saberes curriculares, pedagógicos e vivenciais na organização do trabalho docente.

Partindo desse pressuposto, o componente de Prática Curricular em Educação Física IV coaduna diretamente com o posicionamento do PPC, pois, em sua ementa, encontra-se assim delineado:

Habilidades ligadas à formação do docente, acerca da relação indivíduo, prática educativa e sociedade. Elaboração, planejamento, execução e avaliação de projetos de ações extensionistas na Educação Física. Ação docente e competências para ensinar. Organização de Seminário de Práticas Curriculares (UEFS, 2018, p. 125).

Esta ementa originou a elaboração do Plano de Ensino (UEFS, 2022b) do componente curricular, segundo o qual, ao término da disciplina, cada discente deverá adquirir as seguintes competências e habilidades:

Capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles;

Representar situações da realidade, que construímos e armazenamos ao sabor de nossa experiência e de nossa formação humana;
Mobilizar, integrar ou utilizar os conhecimentos da cultura corporal do movimento (UEFS, 2022b, p.1)

Para tanto, o componente possui os seguintes objetivos: a) Geral: “Analisar, refletir e compreender os elementos essenciais da elaboração de projetos de intervenção”; b) Específicos: “Elaborar e executar um projeto de intervenção na área de Educação Física; Promover aprendizagens significativas a partir de ações extensionistas” (UEFS, 2022, p. 1).

Nessa perspectiva, o programa da disciplina se organiza de modo a garantir que todo o componente gire em torno das intervenções nas escolas, tematizando conhecimentos necessários à elaboração dos projetos e às práticas que serão vivenciadas junto à comunidade pelos futuros docentes de Educação Física. Portanto, o componente curricular recebe o código EXT que, na UEFS, corresponde a uma das modalidades possíveis de contabilização da carga horária para fins de curricularização da extensão, conforme explicado no tópico anterior.

Deve-se salientar que o Programa da Disciplina é constituído de conteúdos **fixos** – aqueles essenciais à elaboração do projeto de intervenção (tais como seus elementos constitutivos, normas da ABNT, competências docentes e Educação Física Escolar); e **variáveis** a cada semestre, uma vez que dependerão das temáticas escolhidas pelos discentes para desenvolverem seus projetos. Assim, conforme forem fazendo as escolhas, conteúdos didático-pedagógicos da Educação Física Escolar vão sendo acrescentados ao componente, a fim de fundamentar e repertoriar os trabalhos que serão planejados e sua posterior prática docente.

Nesse ínterim, a metodologia do componente inclui desde atividades em turma, como algumas aulas expositivas, utilizando fundamentação textual, vídeos e imagens argumentativas, vivências de práticas corporais e seminários para socialização dos trabalhos; até atividades individuais, presenciais e remotas, tais como orientações personalizadas para a elaboração dos projetos de intervenção, a execução propriamente dita das intervenções sob supervisão docente, orientações para a elaboração de relatório, escrita e entrega de relatório final.

Como o semestre letivo possui 15 semanas, e em cada semana o componente possui 7h/aula, as aulas são assim distribuídas:

Semana 1 – Apresentação da disciplina e levantamento de índices: conteúdo da EF e segmento educacional de interesse. Organização das duplas ou trios de trabalho (podendo haver trabalho individual também). Roda de Leitura sobre a EF nos diferentes níveis de escolaridade.

Semana 2 – Debate sobre os textos lidos. Criação do título e da logo dos projetos.

Semana 3 – Competências docentes. Levantamento de materiais para fundamentação na Biblioteca Central. Orientação para uso de bases de dados digitais.

Semana 4 – Construção da Revisão de Literatura. Elementos de Projeto de Intervenção. ABNT. Construção da lista de referências. Vivências práticas sobre as temáticas dos projetos. Encontros de orientação. Visitas às instituições para conhecimento da realidade e alinhamento das intencionalidades.

Semanas 5 a 8 – Elaboração dos planos de aula das intervenções. Vivências práticas sobre as temáticas dos projetos. Finalização e entrega dos projetos.

Semanas 9 a 13 – Intervenções com supervisão. Encontros de orientação.

Semana 14 – Orientações sobre apresentações públicas de trabalhos científicos. Criação de slides. Orientações sobre o relatório.

Semana 15 – Seminário de socialização dos projetos e entrega dos relatórios (UEFS, 2022).

Assim sendo, de início são abordados conceitos e procedimentos essenciais à compreensão do Projeto de Intervenção, bem como é feito um diagnóstico dos conteúdos e público (segmento educacional) de interesse dos discentes, seguido de fundamentação teórica. Caso existam estudantes com o mesmo interesse temático, eles se agrupam em duplas ou trios. Caso não, o discente fará seu projeto individualmente, respeitando-se sua escolha.

A seguir, eles passam a se apropriarem dos objetos escolhidos a partir de atividades de leitura que subsidiam a construção da revisão de literatura, da justificativa e dos objetivos do projeto. Somente depois disso é que eles fazem o primeiro contato com as instituições onde pretendem realizar as intervenções, as quais geralmente se localizam nas comunidades em que residem, a fim de dialogarem com os docentes que lá estão para ouvirem sugestões – inclusive de modificações de objetivos ou mesmo de objeto – com base na realidade vivida e nas necessidades locais, a fim de alinharem as intencionalidades e compartilharem saberes, o que certamente potencializa a sua formação docente.

Esta etapa, sem dúvidas, é de extrema importância para o caráter extensionista do componente curricular, assim como o diálogo com os docentes das instituições feito previamente. Este é o momento da interação, da troca de saberes junto à comunidade, em que os discentes são protagonistas de sua formação de forma ainda mais evidente.

Tendo concluído a fase das intervenções, a turma retorna para a sala de aula, para ser orientada acerca do seminário de socialização, no qual todos saberão o que os colegas fizeram, uma vez que deixaram de ter esse conhecimento ainda no início das atividades, quando da visita às instituições, pois se iniciaram as orientações personalizadas. Também são orientados acerca do que deve conter o relatório final, seu conteúdo e forma. A realização do seminário e a entrega do relatório constituem a 3ª avaliação.

Desde o início, os discentes são informados de que as notas não devem ser sua preocupação, que a nota máxima só será diminuída se deixarem de entregar algum elemento do projeto ou do relatório ou se desconsiderarem os conhecimentos construídos ou ainda alterarem os planejamentos desnecessariamente e sem justificativa. Mas, como a docente acompanha toda a elaboração e execução dos projetos e informa os critérios de avaliação que foram adotados, não há razão para que os discentes sejam despontuados. Assim, eles se preocupam muito mais com o processo do que com a finalização propriamente dita. E a aprendizagem se torna extremamente significativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o que foi relatado, é possível afirmar que o componente SAU194 – Prática Curricular em Educação Física IV se configura como uma atividade de articulação teórico-prática dos conhecimentos da área de Educação Física, com ênfase no conhecimento do objeto da Educação, voltada para a aquisição de habilidades ligadas à materialização da práxis pedagógica, contribuindo para a formação do docente da escola básica. Isso se dá mediante o aprofundamento da sistematização dos dados da realidade e do conhecimento da função da universidade

para as comunidades interna e externa, envolvendo os estudantes em atividades de pesquisa e de extensão por meio dos projetos de intervenção.

A experiência aqui relatada apresenta um formato diferenciado de disciplina, que se pauta no diálogo, na interação e no compartilhamento de saberes, em que o protagonismo estudantil se faz efetivo e necessário para o êxito da proposta pedagógica, o que lhe garante o caráter extensionista conforme requer a concepção de curricularização da extensão defendida e praticada na UEFS.

REFERÊNCIAS

ABMES. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Lei-13005-2014-06-25.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - 2014 a 2024**. 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: ago. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002**. Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

JOSSO, Marie-Christine. Introdução. In: PASSEGGI, M^a da Conceição (org.). **Tendências da pesquisa (auto)biográfica**. Natal: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2008.

MORAES, Ana Alcídia de Araújo. Territórios e saberes na formação de professores(as) indígenas: trajetória de um grupo de pesquisa. In: SOUZA, Elizeu Clementino; PASSEGGI, M^a da Conceição (org.). **Pesquisa (auto)biográfica: cotidiano, imaginário e memória**. Natal: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2008.

UEFS. **Instrução Normativa**. PROGRAD/PROEX. 2022a. Disponível em: <http://www.prograd.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=28>. Acesso em: 24 ago. 2022.

UEFS. **Plano de Ensino 2022.1**. SAU194 – Prática Curricular em Educação Física IV. 2022b. Disponível em: [http://academico2.uefs.br/Portal/Modules/Diario/Professor/Classe/Plano Ensino.aspx](http://academico2.uefs.br/Portal/Modules/Diario/Professor/Classe/Plano%20Ensino.aspx). Acesso em: 24 ago. 2022.

UEFS. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física (PPC)**. 2018. Disponível em:

Revista inCORPORACÃO, V.1, nº 01, 2023, Feira de Santana, p. 123-133.
<http://periodicos.uefs.br/index.php/incorporacao/index>

https://drive.google.com/file/d/1b8kWemG_eCjqsgZFHd3EQJ0HTCisuN9L/view.
Acesso em: 23 ago 2022.

UEFS. Resolução CONSEPE 129/2019, de 08 de novembro de 2019. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1-YsRQ2VTL6zKen0tiLe6XnTw1ecST_7x. Acesso em: ago. 2022.
